



Vozes de finanças e astrofísica preveem que primeiros trilionários da Terra serão forjados no espaço, pela mineração de asteroides

Tiago de Mattos



O South by Southwest (SXSW) e as novas fronteiras da mineração

O tradicional festival *South by Southwest (SXSW)* possui um mote clássico: celebrar a convergência entre interatividade, cinema e música. Com o passar do tempo, o evento foi se expandindo e, anualmente, diversas pessoas, das mais variadas áreas do conhecimento, juntam-se em Austin, no Texas, para debaterem não só as tendências dessas indústrias, mas para enfrentarem pautas de vanguarda sobre comportamento, sociedade e tecnologia. Nas palavras dos idealizadores, é um *chamado para líderes e visionários reimaginarem o futuro*.

A programação do festival, em sua edição de 2021 (que ocorrerá entre 16 e 20 de março e, por razões óbvias, será exclusivamente *online*) trouxe um improvável *link* com a mineração –



no espaço. Entre as dezenas de temas listados na plataforma *PanelPicker*, em que a própria audiência escolhe assuntos de interesse, cinco tratam de oportunidades comerciais no espaço sideral, e três, especificamente, da mineração: *Future Investments Opportunities in Space*, *A Star Trek Model for Space? How SCIFI Impacts Law*, e *Space Gold Rush*^[1].

A justificativa do terceiro tema é um desafio ao ceticismo generalizado sobre a mineração no espaço. De acordo com os organizadores – e fazendo um paralelo com a descoberta de ouro por James Marshall em Sutter’s Mill, Califórnia, em 1849 –, empreendedores não estão olhando para o ocidente para a próxima *corrida do ouro*, mas para o céu. Uma série de vozes das finanças e da astrofísica preveem que os primeiros trilionários da Terra serão forjados no espaço, por meio da mineração de asteroides.

Ainda que o assunto pareça utópico, há mais massa jurídica desenvolvida por trás dele do que se tende a pensar.

Vários instrumentos internacionais vinculantes, que regem o uso do espaço para fins pacíficos, foram adotados no âmbito das Nações Unidas (ONU), especialmente o *Comitê para os Usos Pacíficos do Espaço Sideral* (COPUOS), tendo o Tratado do Espaço Sideral (*Treaty on Principles Governing the Activities of States in the Exploration and Use of Outer Space, including the Moon and Other Celestial Bodies*), de 1967, ratificado por mais de cem países, como seu núcleo. Em relação ao aproveitamento dos recursos minerais, a norma inaugura o conceito de *bem comum da humanidade*, fora do limite da soberania individual dos Estados e pertencentes à comunidade internacional. Nesse contexto, *ninguém* exerce domínio sobre tais recursos, mas *todos* podem aproveitá-los.

Em novembro de 2015, o então presidente Obama assinou o *Commercial Space Launch Competitiveness Act*, também conhecido como *Spurring Private Aerospace Competitiveness and Entrepreneurship (SPACE) Act* e o *Space Resource Exploration and Utilization Act of 2015*, em resposta ao crescimento vertiginoso de investimentos em tecnologia espacial, e com vistas a estabelecer certo grau de segurança jurídica ao tema. As normas não afirmam soberania, direitos exclusivos ou propriedade frente a qualquer corpo celeste. Todavia – e de forma similar a algumas leis de pesca –, os cidadãos americanos teriam o direito de reterem o material extraído desses locais.

Em abril de 2020, o presidente Trump assinou a Ordem Executiva de Incentivo ao Apoio Internacional para a Recuperação e Uso de Recursos Espaciais (*Executive Order on Encouraging International Support for the Recovery and Use of Space Resources*), desafiando, expressamente, o conceito de que tais recursos integrariam *bens comuns* globais.



Em julho de 2017, o governo de Luxemburgo aprovou a primeira lei de um país europeu sobre o tema (*Law of 20 July 2017 on the Exploration and Use of Space Resources*). Em clara oposição à essência dos tratados internacionais no que tange ao conceito de *patrimônio comum da humanidade*, a norma afirma que os recursos espaciais são passíveis de apropriação. A norma trata, ainda, da necessidade de outorga de títulos específicos, pelo governo, sujeitando seus infratores a penas inclusive de prisão.

Viabilidades técnica e econômica à parte, a regulação da mineração no espaço lança luz a um debate relevantíssimo, certamente mais *terreno*: a iminente necessidade de expansão das fronteiras minerais. O esgotamento de depósitos viáveis localizados em províncias já conhecidas, e a escalada das complexidades e conflitos entre a mineração e os ecossistemas locais instigam o debate sobre a ampliação – com seus prós e seus contras – das frentes minerárias em locais historicamente não utilizados, como a mineração em mar aberto, nas faixas de fronteira entre países, em espaços ocupados por populações tradicionais, em continentes inexplorados (lembrando o *banimento*, ao menos temporário, da mineração na Antártida, até 2048, nos termos do Protocolo de Madrid) – e no próprio espaço.

Essas reflexões, por mais que se projetem para o futuro, acabam por enfrentar temas jurídicos do passado e já debatidos há séculos na mineração tradicional: Quem são os donos desses recursos minerais? Quem tem direito de minerar em tais espaços? Sob quais condições? Como escolher entre vários interessados em desenvolver a atividade no mesmo lugar? Quais as compensações deverão ser pagas? Para quem? O sucesso das empreitadas nas novas fronteiras, pelo menos em termos de segurança jurídica, deverá necessariamente passar pela resposta a essas reflexões, que consistem na essência – e legitimação – do Direito Minerário.

Especialmente em relação à mineração no espaço, é possível que tenhamos ainda algumas décadas para fazer um debate mais consistente. Enquanto isso, se o tema permanecer árido demais, podemos sempre escolher outras exibições mais interessantes no SXSW. Que tal a conferência do Willie Nelson sobre o impacto cultural da sua música e da sua vibração criativa na identidade americana[2]?

[1] SXSW website: https://panelpicker.sxsw.com/vote/107489?_ga=2.44454759.293697617.1611186538-1530078343.1611186538

[2] <https://www.sxsw.com/conference/keynotes/>



Foto: Crédito: Pixabay